

Oficina “Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural”

Salvador, Bahia, 28 de setembro de 2011, de 8h30 às 18h

Termos de referência para a oficina sobre agroenergia no encontro “Diálogos e Convergências.

O objetivo desta oficina é o de avaliar os impactos da produção de álcool e de oleaginosas para biodiesel na agricultura familiar, em particular naquela em transição para a agroecologia.

O PNPBio foi lançado pelo presidente Lula em 2004 com a pretensão de ser para a agricultura familiar o que o Proálcool foi para o agronegócio, ou seja, uma ótima oportunidade de aumento de renda. O presidente orientou o programa para ser concentrado na região nordeste e na produção de mamona como matéria prima para a produção do biodiesel. Esta planta rústica faz parte dos cultivos da agricultura familiar nordestina sendo considerada, portanto, ideal para os objetivos do programa tais como o presidente os definiu.

Após sete anos o PNPBio avança de forma acelerada na substituição de diesel de petróleo, sendo que a mistura já chega a 5% e deve em breve chegar a 10%, muito antes do previsto. Este sucesso, no entanto, não corresponde aos objetivos sociais do programa. Com efeito, o número de agricultores familiares relacionados com o programa é bastante pequeno (entre 60 e 110 mil famílias, segundo fontes da Petrobrás e do MDA, respectivamente) e a produção por eles entregue às indústrias representa menos de 5% do total comprado. Aparentemente as compras da agricultura familiar têm servido apenas, ou principalmente, para as indústrias poderem se candidatar ao selo social e, portanto, aos benefícios fiscais previstos no programa. 85% ou mais da matéria prima é soja, 10% é sebo de boi e apenas 5% é mamona, amendoim, girassol e outras oleaginosas.

As empresas compradoras de matéria prima tendem a operar com unidades industriais de grande escala e preferem encontrá-la nas distâncias mais curtas possíveis para baixar os custos de transporte. Isto induz uma forte pressão sobre os produtores tendendo a provocar a substituição de outras culturas e uma especialização produtiva se os preços forem compensadores.

Por outro lado, seguindo as exigências do PNPBio as empresas compradoras candidatas ao selo social têm que oferecer insumos e serviços de assistência técnica aos agricultores. A orientação explícita neste processo foi a difusão do uso de insumos químicos e sementes melhoradas por empresas.

Por todas estas razões o Grupo de trabalho sobre agroenergia da ANA levantou como hipótese da pesquisa que realizou sobre os impactos do PNPBio que o efeito maior seria negativo para os agricultores em transição para a agroecologia. No entanto, a pesquisa não confirmou esta hipótese ou melhor, confirmou a existência desta tendência mas também que ela pode ser enfrentada pelas organizações dos movimentos sociais do campo. Pelo menos no caso dos contratos com a Petrobrás foi possível para a

Cooperativa Grande Sertão de Minas Gerais e para o MST do Ceará alterar os rumos propostos pelo programa e, mesmo com muitos problemas, garantir a manutenção de sistemas em transição agroecológica, diversificados, onde a produção de oleaginosas cumpre um papel de suplementação de renda e a produção alimentar permanece o eixo dominante das propriedades.

A pesquisa não se debruçou sobre os casos de agricultores que não participam de organizações sociais que aderem à alternativa agroecológica nem são fortes o suficiente para enfrentar as empresas. Segundo a Petrobrás apenas 60 mil agricultores participam do programa e, deste, 30 mil são fornecedores da empresa. Agricultores vinculados a processos de transição agroecológica e participantes de organizações de peso político e capacidade de negociação são, talvez, apenas 10 mil deste total. Os outros foram mobilizados pelos serviços de ATER estatais ou pelas próprias empresas compradoras de matéria prima. É bem provável que estes tenham sofrido os impactos que apontamos na hipótese da pesquisa.

O que podemos discutir à luz das experiências apresentadas é como orientar os agricultores para participarem do PNPBio sem correrem os riscos de monoculturação e dependência de insumos, créditos e de empresas compradoras. As lições destas experiências deverão servir de base para os debates sobre o papel desejável para um programa de biodiesel no contexto da agricultura familiar e como o governo deve orientar a execução do programa para torná-lo mais apropriado e inclusivo.

A produção de álcool é, desde o começo do Proálcool nos anos 70, um quase monopólio do agronegócio, com todos os efeitos sociais e ambientais perversos já bem conhecidos da agricultura familiar. No entanto, algumas experiências têm se desenvolvido para a produção de cana e sua transformação em álcool em sistemas cooperativos da agricultura familiar. Estas experiências, entre as quais a da Coopercana, tem dado resultados ao se voltarem para os mercados locais e ao consumo energético nas unidades produtoras dos agricultores familiares. Estas experiências permitem que se elaborem propostas para políticas governamentais tanto na produção de álcool como de oleaginosas para uso combustível direto também nos mercados locais e no consumo energético das propriedades.

Algumas perguntas podem servir como orientação dos nossos debates:

- 1- Como produzir oleaginosas em sistemas agroecológicos? Que problemas técnicos têm surgido? Como enfrentá-los?
- 2- Quais as demandas dos agricultores familiares para o PNPBio? E, em particular, para a Petrobrás?
- 3- Como reorientar o PMPBio para permitir a produção de óleo vegetal combustível para uso local (fora das misturas de biodiesel)?
- 4- Como expandir a produção de álcool pela agricultura familiar sem cair na armadilha do agronegócio?

A partir dos debates entorno destes e de outros pontos que possam interessar os participantes da oficina se fará uma discussão sobre os desdobramentos do Encontro e de como o Grupo de Trabalho da ANA deverá proceder para difundir as experiências e seus ensinamentos e para influenciar as políticas do MDA e da Petrobrás no futuro próximo.

Experiências a serem apresentadas:

1) O caso do avanço do dendê na Amazônia

Quem apresenta: Verena Glass – Repórter Brasil

Textos de referência:

- O Brasil dos Agrocombustíveis: *Os Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade* Volume 5 – Gordura Animal, Algodão, Dendê, Pinhão-manso, Girassol e Canola – setembro de 2009. Páginas 29-33

http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v5.pdf

- A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel. Novembro de 2010 Páginas 17-36

http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf

2) Coopercana (Rio Grande do Sul): um símbolo de persistência e esperança

Quem apresenta: Cecília Bernardi (Marcha Mundial das Mulheres) e Gildo Bratz (Coopercana)

Texto de referência:

- Amaral, Volmir Ribeiro do Amaral. Coopercana: um símbolo de persistência e esperança. In: Moreno, Camila e Ortiz, Lúcia. Construindo a Soberania Alimentar e Energética. Dezembro de 2007. Páginas 25-41

<http://www.natbrasil.org.br/Docs/publicacoes/cartilhaabaixa.pdf>

3) A experiência da Cooperativa Grande Sertão e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais com a produção de plantas oleaginosas para o Programa do Biodiesel

Quem apresenta: Aparecido Alves de Souza (Cooperativa Grande Sertão) e Carlos Dayrell (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais)

Texto de referência:

Dias, Fábio e Dayrell, Carlos. A experiência da Cooperativa Grande Sertão e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais com a produção de plantas oleaginosas para o Programa do Biodiesel. In: Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis: Caderno da Comissão de Agroenergia da Articulação Nacional de Agroecologia (no prelo)

4) A Experiência do MST-CE na Cadeia de Agroenergia

Quem apresenta: Antônia Ivoneide Melo Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Ceará)

Texto de referência:

Correa, Ciro Eduardo. A Experiência do MST-CE na Cadeia de Agroenergia. In: **Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis**: Caderno da Comissão de Agroenergia da Articulação Nacional de Agroecologia (no prelo)